

Por uma Teoria da Leitura: as contribuições da Análise do Discurso

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: patriciabrito@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é oferecer uma visão panorâmica do entendimento do processo da leitura pela vertente discursiva, a saber: a Análise do Discurso de linha francesa. Dessa feita, buscar-se-á compreender como ela entende o referido processo, por ora podendo configurar-se como uma teoria da leitura e, conseqüentemente, vindo a contribuir no melhor entendimento do processo em questão, bem como em aspectos do ensino/ aprendizagem do mesmo.

Palavras-chave: teoria da leitura; Análise do Discurso de linha francesa; ensino/ aprendizagem.

Abstract: The objective of this study is to provide an overview of understanding the process of reading the discursive aspect, namely: French Discourse Analysis approach. This way, it will seek to understand how it understands that process, by now configured as a theory of reading and, consequently, contributing to the better understanding of the process in question, as well as aspects of teaching/ learning it.

Keywords: theory of reading; French Discourse Analysis approach; teaching/ learning

1. Considerações iniciais

As teorias voltadas para o estudo da leitura, nos últimos 60 anos, têm sido fortemente influenciadas pelos estudos linguísticos, visto que a ciência que os fomenta, a Linguística, é responsável pelo estudo científico da linguagem em suas diversas manifestações¹. Sobretudo, nas últimas décadas do século passado, essa ciência passou por um expressivo crescimento. Esse panorama abriu margem para o surgimento de muitas áreas de estudo que, de certa maneira, trazem à tona aspectos relacionados à leitura. Algumas delas assumem destaque, a saber: a Linguística Aplicada, a Psicolinguística e, mais especificamente, a Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD).

Quando se pensa em questões de ensino/ aprendizagem da leitura, metaforicamente, pode-se afirmar que a leitura é a porta do conhecimento, tendo em vista que todos os demais conteúdos são aprendidos por meio dela. Contudo, a despeito da importância inquestionável de dominá-la, conforme dados veiculados por pesquisas de

¹ Alexander e Fox (2004) apud Jesus (2005) esclarecem que a Teoria da Leitura, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, trata de uma concepção teórica sobre a leitura que se desenvolveu com menos ou mais ênfase nos aspectos *fisiológico*, *psicológico* e *sociológico*, sendo que, sob essa égide, a Análise do Discurso estaria voltada para o enfoque no sociológico.

caráter internacional², pode-se afirmar que a escola não tem cumprido o seu papel: formar leitores no sentido lato do termo. Ao contrário, forma-se o decodificador, que não é capaz de proceder à leitura crítica dos materiais de leitura a que está sujeito diariamente. Nesse sentido, vive-se uma crise social, pois as pessoas estão inseridas em uma sociedade letrada e seus participantes não são capazes de proceder à leitura dos materiais aos quais estão expostos, não podendo, pois, promover o seu crescimento, nem o conhecimento de sua nação.

Diante dessa conjuntura, muitos esperam que o meio acadêmico produza receitas mágicas para que se consiga um excelente desempenho nos pontos fracos do ensino. No que se refere à linguagem, a Linguística Aplicada, em muitos momentos, é evocada para tal. Mas, sabe-se que à mesma não cabe prescrever “formulas mágicas” para que o ensino/ aprendizagem de práticas da linguagem seja um sucesso. Tendo isso em mente, este trabalho intenta compilar e discutir os postulados da vertente discursiva que dá um tratamento especial à leitura. A partir daí, verificar-se-ão o(s) ponto(s) em que a mesma pode contribuir no entendimento de questões acerca do ensino/ aprendizagem da leitura.

Nesse sentido, em um primeiro momento, serão levantadas as questões que a AD suscita a partir do tema leitura, colocando, inicialmente, que ela se volta a um processo de entendimento da produção de sentido que se relaciona, em parte, com as restrições sócio-históricas que envolvem os discursos. Ressalta-se que, posteriormente, buscar-se-á relacionar a vertente em análise ao ensino/ aprendizagem da leitura, sem, é claro, imprimir um ar de prescrição ou idealismo, mas apenas apresentar (possíveis) contribuições da AD para a construção de (uma) teoria da leitura.

2. A leitura sob o olhar do discurso: um terreno profícuo

Pensar a leitura como objeto de estudo dentro da Linguística é, certamente, uma tarefa intrigante, uma vez que essa ciência tem, dentro de seu campo, muitas áreas que dão conta de olhá-la, contudo sob pontos de vista diferentes. Tendo isso em mente, optou-se, neste estudo, por abordar a leitura sob a ótica discursiva, partindo de dois autores da literatura brasileira sobre AD, a saber: Possenti (2001) e Cardoso (2003)³.

2.1. Notas sobre AD e leitura

Muitos autores, dentre os quais se pode apontar enfaticamente Possenti (*Op.*

² Uma pesquisa de alfabetização realizada pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base nos dados do PISA, demonstrou que “Numa escala sobre níveis de compreensão de leitura englobando 41 países, o Brasil está quase no fim da fila: 37ª posição – à frente somente da Macedônia, da Albânia, da Indonésia e do Peru.” (http://www.unesco.cl/noticias/especial_informe_unesco_ocde/prensa_regional/brasil_o_estado_sao_paulo_1_julio.htm acessado em 29/01/2004)

³ Ressalta-se que as reflexões contidas nas seções 2.1 e 2.2 são sobremaneira baseadas no que apresenta Possenti (2001) ao refletir sobre o *status* da AD em relação à leitura.

cit.), colocam que a AD, embora uma área do conhecimento recentemente constituída, pode chamar para si questões de leitura, já que, em suas raízes históricas, já se encontrava uma preocupação com uma teoria da leitura que envolvia relações entre Linguística, História e Psicanálise⁴, buscando por uma teoria não-subjetiva da leitura.

Em primeira instância, a AD, no que diz respeito à questão da leitura, situa-a em dois âmbitos distintos. O primeiro deles, ao eleger a leitura, deixa de lado a questão do sentido, preocupando-se, a princípio, com a pesquisa do dispositivo social de circulação dos textos. O segundo âmbito de estudo da AD quanto à leitura volta-se para a questão da significação do texto. Em vista do exposto, uma observação aqui se faz necessária: a AD, quando se volta para o estudo da leitura, tem como preocupação os aspectos social, histórico e de sentido, o que restringe seu campo de estudo. A compreensão dessa restrição torna-se mais clara quando se concebe a AD como um conjunto de teorias sobre limitações discursivas. Dessa maneira, um determinado discurso nem circula, nem assume qualquer sentido em um lugar e em forma genérica, respectivamente.⁵

O lugar e a forma da circulação dos discursos relacionam-se tanto ao âmbito discursivo que tem como objetivo o estudo da circulação textual, quanto àquele que se ocupa da significação. Mas, há ainda um ponto a se esclarecer nessa relação: o papel do controle na circulação e na atribuição de sentido aos textos.

Para o primeiro âmbito, o controle age nos espaços privilegiados de circulação de textos, na forma em que eles são veiculados, e se isto se dá no lugar certo. Já para o segundo âmbito, a questão do controle volta-se para a limitação da atribuição de sentido, uma vez que não há como atribuir um sentido a um determinado texto sem saber por qual instituição ele foi pronunciado e, conseqüentemente, em qual lugar discursivo isso ocorreu. Essa é, pois, uma questão fundamental (para uma teoria da leitura), visto que o conhecimento da origem (do lugar de sua produção bem como as circunstâncias enunciativas de sua produção, por exemplo) é importante, embora não seja o único fator a ser considerado. Nessa perspectiva, uma teoria da leitura deve pretender também justificar leituras (apropriadas a certos níveis) que (não) foram (re)contextualizadas.

A partir do papel do controle na circulação na atribuição de sentido, pode-se afirmar que ambas as perspectivas interessam-se por estudar detalhadamente as diversas formas restritivas a que os discursos são submetidos, embora tomem teorias e metodologias diferentes, tendo em vista que os enfoques também são diversos, pois uma

⁴ A AD surge como teoria de entremeio, formulada principalmente por Michel Pêcheux, na França, a partir de meados de 1960. Esse surgimento dá-se a partir do imbricamento de três áreas do conhecimento, a saber: a Linguística, a História e a Psicanálise, de onde advêm os conceitos de *língua*, *ideologia* e *inconsciente*, respectivamente.

⁵ No sentido acima assumido, pode-se conceber, então, que “a leitura está longe de ser um ato inteiramente livre, o que equivale a dizer que a interpretação de um texto não é uma espécie de vale tudo, em que cada leitor tem sua interpretação, independente das referências sócio-históricas e das instituições em que as interações sociais são produzidas” (CARDOSO, 2003, p. 57).

trata da circulação de textos e a outra das restrições e interpretações a que o texto é submetido.

Assumindo que para a AD a leitura é uma questão de atribuição de sentido, Possenti (*op. cit.*) levanta três possíveis razões para que Pêcheux⁶ tenha proposto um dispositivo que visasse a garantir uma leitura não subjetiva dos textos. A primeira delas volta-se para o fato de que ele concebe que uma língua não é um código⁷, pois não fornece diretamente a quem o conhece todas as informações que ele veicula (e, nesse ponto, há questionamento à transparência da linguagem). A segunda razão encontra-se no fato de que se passou a considerar que, no momento da leitura (ou da atribuição do sentido), lê-se o texto e não, por exemplo, frases e exemplos de gramática⁸. Por fim, a última razão levantada volta-se para o fato de que o gênero a que o texto pertence ocasionaria possíveis problemas de interpretação. Embora com razões consistentes, Pêcheux ainda permanecia com um questionamento: se a língua não podia ser sua garantia, como garantir uma teoria não subjetiva da língua⁹?

Para esse questionamento, Pêcheux criou uma excelente alternativa: transpor a leitura de textos para a leitura de discursos, já que estes são possíveis de ser remetidos a determinadas condições, sobretudo, institucionais de produção. Assim, a não-subjetividade da leitura dos textos seria, em parte, garantida pela sua relação com as instituições. Partindo do pressuposto sugerido, a AD fornece três fatores que podem restringir a leitura.

O primeiro desses fatores é que uma palavra ou um enunciado, necessariamente, pertencem a uma determinada Formação Discursiva¹⁰, o que restringe a significação dos mesmos. O segundo fator também diz respeito à noção de pertencimento de uma palavra ou enunciado, não mais a uma Formação Discursiva, mas a um gênero. O último fator, diferentemente dos dois primeiros, diz respeito à relação existente entre

⁶ Um dos fundadores da Análise do Discurso de linha francesa e precursor da noção de que a linguagem é uma expressão histórica da realidade social.

⁷ Na tradição dos estudos da linguagem, a linguagem é concebida de três formas: i) linguagem enquanto expressão do pensamento, ii) linguagem como comunicação, iii) linguagem como interação.

⁸ Pêcheux (2009) assevera que a leitura de frases, por exemplo, leva a uma leitura formalista dos processos linguísticos-discursivos, fazendo com que haja um escamoteamento, por exemplo, da ideologia.

⁹ Pêcheux (2009) fala em uma *teoria (não-subjetivista) da subjetividade*. Para tanto, entende-se *não-subjetivista* como uma marcada oposição ao psicologismo proposto pelas correntes idealistas, e *subjetividade* como a emergência de um sujeito.

¹⁰ “O conceito de FD é central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD. Ele sinaliza a constante refacção a que a teoria do discurso foi submetida na obra de Pêcheux, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, ele trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso” (GREGOLIN, M. R. Formação Discursiva, Redes de Memória e Trajetos Sociais de Sentido: mídia e produção de identidade, in: *Web-Revista DISCURSIVIDADE*, ed. 02 dez. 2008).

autor e leitor, estabelecida, dentre outros fatores, pela relação de outros textos do mesmo autor e de outros textos de naturezas diversas.

Apesar de no início de sua história, a AD ter se preocupado com a não-subjetividade no processo da leitura, ela acabou por eximir-se do papel de arbítrio em relação ao que é ou não uma leitura adequada e ocupou-se em dar conta dos percursos de quem lê e como ela lê. Dessa forma, considera-se que não só o conhecimento da língua é necessário para proceder à leitura de um texto e que, nesse sentido, um texto pode abrir-se para mais de uma leitura.

Possenti (*op. cit.*) afirma que há várias razões para a existência de múltiplas leituras, mas ele enumera somente três. A primeira razão é que o leitor pode associar um texto X a um discurso Y, e não a um discurso Z, e, então, o texto X assume a leitura que o autor fez dele ao associá-lo a determinado discurso. Outra razão para o surgimento de várias leituras é que o leitor lê o texto de acordo com suas perspectivas ideológicas e disciplinares que ele possui, o que faz com que ele leia o texto de acordo com aquilo que ele já possui constitutivamente. A última razão levantada pelo autor coloca que o leitor faz determinadas associações às palavras que ocorrem no texto, sem levar em conta gênero, Formação Discursiva, dentre outros. Por isso, as associações diversas às quais os textos são submetidos devem-se, sobretudo, à experiência do leitor em relação aos textos já lidos.

Nesse ponto, dois aspectos muito caros à AD são evocados: a História¹¹ e a Psicanálise¹². A História, relacionada com a primeira vertente de estudo da leitura pela AD, permite defender que existem múltiplas leituras de um texto, porque, para ela, os textos nascem em meio a determinadas condições de produção e estas restringem o modo de como os textos são lidos. A psicanálise relaciona-se com a segunda vertente adotada pela AD para o estudo da leitura, sendo que ela torna-se o meio pelo qual se concebe o sentido. Na verdade, nesses estudos não se busca adotar uma postura de inclusão ou exclusão de leituras, mas somente a explicitação de estratégias de leitura que são colocadas em ação em cada uma das (possíveis) interpretações. Assim, evoca-se a Psicanálise para que ela forneça instrumentos mais adequados para se aceitar as diversas leituras de um texto.

2.2. AD e leitura: breve apanhado do percurso histórico

Apresentado o quadro teórico da AD em relação à leitura, passar-se-á a abordar a história da leitura do século XIX até o presente momento. Para tal, esse período cronológico encontra-se dividido em três estágios, segundo Possenti (*op. cit.*), marcados de maneira crucial pela mudança do elemento que determina a maneira como se lê: o autor, o texto e o leitor.

¹¹ A História é uma das três teorias que constituem a AD, cuja base adotada está no Materialismo Histórico, visto que dela advém o conceito de *ideologia* apresentado por Pêcheux (2009).

¹² A Psicanálise – de orientação lacanianiana – traz o conceito de *inconsciente* que surge como o conceito basilar para a AD e a ele se associa a noção de sujeito (que não é cartesiano, mas, sim, clivado, assujeitado, submetido ao inconsciente e às circunstâncias histórico-sociais).

O primeiro estágio considera que o autor desempenha um papel central, ao lado desta questão; postulam-se também uma noção transparente de língua e uma noção unitária de autor. No segundo estágio, o autor é colocado de lado e seu *status* é ocupado pelo texto. Isso aconteceu com a emergência do estruturalismo que propôs a transposição para o texto que se caracterizava por ser um código, já que postulava ser a linguagem sinônimo de comunicação. Contudo, os textos, com o passar do tempo, foram se revelando plurissignificativos e não estritamente códigos, o que fez com que tal postura fosse substituída. Por isso, o leitor assume um papel central, já que é ele que exatamente (...) lê o que nem o texto diz e/ou que aponta entre as muitas coisas que diz, ou ainda que “fica” com todas as coisas que um texto diz ao mesmo tempo, ou alternativamente, que numa leitura fica com uma coisa e em outra com outra – sejam essas leituras separadas ou não por grandes lapsos de tempo. Parece incontestável que “quem lê é o leitor” (POSSENTI, 2001, p. 27).

No excerto supracitado, percebe-se nitidamente que, quando o foco recai sobre o leitor, não há como deixar de lado as questões subjetivas que emergem no momento da leitura, uma vez que o sujeito-leitor é, antes de tudo, um sujeito que se constitui por inúmeros aspectos, como a ideologia e a formação familiar.

Voltando ao autor do excerto, ele mesmo pontua que pode haver sobre tal fala uma leitura de caráter banal e outra interessante. A primeira diz que, ao voltar o ato da leitura para o leitor, ela pode ser, então, tomada como ele bem quiser. Já a segunda postula que mesmo com o enfoque no leitor, existem critérios e limitações que norteiam a existência ou não de uma leitura. Contudo, a AD não aceita as chamadas leituras individuais, mas, sim, a leitura determinada por grupos de sujeitos que ocupam determinada posição. Desse modo, a leitura pode ser entendida como um ato determinado pela posição histórica do grupo ao qual os sujeitos pertencem. Para o fechamento dessa discussão, pontua-se que, em certa medida, o melhor seria considerar que autor, texto, leitor têm uma relevância tal que não deve ser definida sem que seja, ao menos, considerado o tipo de texto a ser lido.

O último ponto a ser colocado é que o texto deve ser concebido discursivamente, ou seja, como uma instância que seja submetida a restrições de caráter histórico. Sabe-se que tais restrições afetam não somente o texto, mas também seu(s) autor(es) e seu(s) leitor(es). Além disso, os textos são submetidos, simultaneamente, às regras de circulação e às regras de interpretação textual.

2.3. Teoria da leitura e discurso: um caminho em construção

A partir dos aspectos levantados acerca da abordagem da leitura pela AD, alguns apontamentos podem ser feitos. O primeiro deles diz respeito ao ponto em que a AD apresenta dispositivos que constituem uma teoria da leitura¹³, no sentido em que esta, quando assumida pela AD, é tratada como atribuição de sentido ao texto tomado como uma instância de caráter discursivo. A problemática desse ponto reside precisamente nas condições de *atribuição de sentido* ao texto, uma vez que só se considera capaz de

¹³ Faz-se aqui a ressalva de que a AD dispõe de um procedimento de leitura, mas não de alcance absoluto e com valor de verdade indiscutível.

atribuir sentido ao texto, discursivamente falando, um leitor proficiente, ou seja, aquele que domina não só a gramática, mas também os gêneros nos quais os textos se manifestam. Contudo, é imperativo afirmar que, certamente, essa é uma forma abrangente de tratamento do problema, pois aí estão envolvidos também conhecimentos de diversas naturezas, tais como culturais e políticos.

Como poderá, então, um leitor não proficiente operar uma “leitura discursiva”? Talvez, não seja de interesse da AD tratar de tal questão, mas, com certeza, é um ponto a ser refletido¹⁴. Pode-se, então, mencionar que ela parte, inicialmente, de uma teoria não-subjetiva da leitura e evolui para dar conta dos passos de quem lê e como lê, considerando que não basta o conhecimento da língua para se proceder à leitura de um texto e que ele pode possuir mais de uma leitura. Nesse ponto, há um retorno ao questionamento anterior: “não basta o conhecimento da ‘língua’, mas quem por inúmeras razões não o possui?”.

No bojo da proposta teórica da AD, não ficam de fora, conforme já aventado, a História e a Psicanálise que são evocadas para explicar, respectivamente, a circulação e a determinação do sentido dos textos. A primeira traz à cena as questões relacionadas com as condições de reprodução/ transformação das relações de produção que fazem emergir a questão das lutas de classes relacionada com o papel da ideologia na interpeção dos sujeitos. Por sua vez, a segunda permite fundamentar a relação da língua com o sujeito, sendo este compreendido como estabelecendo uma forte relação com o *inconsciente*. Assim, a AD mantém-se com os pés firmes em suas raízes, pois não abandona esses pressupostos para constituir sua teoria da leitura, mas, ao contrário, as toma como base da mesma.

Um último apontamento a ser feito é em relação aos elementos que constituem, por assim dizer, a leitura: *autor, texto, leitor*. Os três, ao longo da recente história da leitura, alternam-se no papel de destaque, mas, na verdade, devem ser concebidos como possuindo igual importância, já que eles constituem o complexo ato da leitura. Devido ao fato de a AD preocupar-se com a atribuição de sentido, há uma tendência em se enfatizar mais enfaticamente o leitor, como constituinte de um grupo social, pois serão suas crenças, seus conhecimentos e sua ideologia que determinarão, em parte, a leitura¹⁵.

¹⁴ “A leitura, produção de sentidos, embora regada e determinada pelo social, é sempre um acontecimento discursivo, e como tal, produz invariavelmente o novo. [...] A possibilidade do novo é garantida em primeiro plano pelo próprio equívoco da língua [...]” (CARDOSO, 2003, p. 53).

¹⁵ Ao longo dessa exposição, mencionou-se a palavra social, pois, certamente, uma teoria da leitura de caráter discursivo considera, sobretudo, a leitura associada aspectos sociais, principalmente, porque os textos surgem nas sociedades e alguns, mais exatamente, em determinadas épocas.

2.4. À guisa da conclusão:

o discurso na abordagem de questões de ensino/ aprendizagem da leitura

Em vista das discussões suscitadas, pode-se apontar que o tratamento dado pela vertente discursiva aos aspectos relacionados à leitura pode interferir em três aspectos no processo de ensino/ aprendizagem de língua, sendo que eles se associam, em primeiro lugar, com uma “teoria” que forma professores mais críticos em relação ao papel que assume e ao conteúdo que leciona; em segundo lugar, com uma abordagem de leitura que faz com que os alunos se tornem não só leitores decodificadores, mas leitores críticos; e, além disso, com a promoção de um ensino de língua que não a tome como código, mas como possuidora de um caráter social e histórico.

Especificando cada um desses itens e verificando as suas implicações, tem-se que o primeiro ponto de interferência de uma abordagem discursiva de leitura deva ser no processo de formação de professores. Isso ocorre ao entender que, quando os mesmos chegam a este ponto, eles já devam possuir uma leitura proficiente e, então, ser capazes de compreender todos os meandros que envolvem a construção do texto, tanto em nível textual, ou seja, de superfície linguística, quanto de implicações sócio-históricas. Assumindo isso, os professores poderão proceder não só à leitura de textos, mas também à de contextos relacionados à conjuntura que envolve o processo de ensino/ aprendizagem.

O segundo ponto é uma consequência direta do primeiro, uma vez que, a partir do momento em que os professores possuem uma visão mais crítica de mundo e das noções do que seja proceder a uma abordagem discursiva dos textos, eles poderão passar a aplicar isso na sala de aula. Isso permitirá com que os alunos percebam que o texto não é somente a estrutura textual, mas que inúmeros outros aspectos são mobilizados para a sua construção e outros tantos devem ser chamados para que se construa o seu sentido. Uma consequência direta desse aspecto é que os alunos não serão preparados somente para uma leitura do código, mas uma leitura do contexto sócio-histórico que o rodeia e/ou que rodeia os textos que ele lê.

Em virtude de não se privilegiar o código, promove-se um ensino de língua que não a concebe como tal, mas, sim, como detentora de um caráter histórico e social, na qual se manifesta esse caráter. Dessa maneira, a língua não é concebida como transparente ou ingênua, mas, sim, como não transparente e intencional, sendo, pois, papel dos textos manifestarem, sobretudo, a ideologia e os desejos de quem o produz.

Entende-se que a leitura de caráter discursivo antecipa a existência de um leitor proficiente que proceda a uma leitura de igual natureza, ou seja, que ele domine, por exemplo, bem a sintaxe da língua e os suportes textuais que comportam os discursos, pois ela trabalha, em grande parte dos casos, no intuito de desvendar as intenções que são determinadas pelo meio e modo como os textos circulam e quais os sentidos eles geram.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 196p.

JESUS, Osvaldo Freitas de. *Leitura e cognição*, in: FIGUEIREDO, Célia Assunção *et al.*(orgs.). *Lingua(gem): reflexões e perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, 2003, pp. 231-254.

_____. *Paradigmas da Teoria da Leitura*, in: FIGUEIREDO, Célia Assunção & JESUS, Osvaldo Freitas de. *Linguística aplicada: aspectos da teoria e do ensino de línguas*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp.108-130.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 9 ed. Campinas: Pontes/ Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.102p.

_____. *Leitura: ensino e pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2004a. 213p.

_____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2004b. 82p.

KOCK, Ingedore Villaça & CUNHA-LIMA, Maria Luiza. *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*, in: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3, pp. 251-300.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, in: GADET F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997b, pp. 61-151.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009. 287p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)*, in: GADET F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 163-235.

POSSENTI, Sírio. *Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso?*, in: MARINHO, Marildes (org). *Ler é navegar: espaços e percursos da leitura* Campinas: Mercado de Letras, 2001, pp.19-30.